

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

AGNER LOUREDO NEVES

AUTISMO: UM TEMA A SER ANALISADO

ANÁPOLIS – GO

2017

AGNER LOUREDO NEVES

AUTISMO: UM TEMA A SER ANALISADO

Artigo apresentado à coordenação da Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de especialista em Docência Universitária, sob a orientação da professora Ma. Allyne Chaveiro Farinha.

ANÁPOLIS – GO

2017

AGNER LOUREDO NEVES

AUTISMO: UM TEMA A SER ANALISADO

Artigo apresentado à coordenação da Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial, para obtenção do título de especialista em Docência Universitária, sob a orientação da professora Ma. Allyne Chaveiro Farinha.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Allyne Chaveiro Farinha
Orientadora

Prof. Me. Wilian Cândido Corrêa
Convidado

Profa. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel
Convidada

AUTISMO: UM TEMA A SER ANALISADO

Agner Louredo Neves¹
Allyne Chaveiro Farinha²

RESUMO: Este artigo refere-se a um tema atual com grande importância a ser analisado, que é o autismo. Assim, objetivou-se compreender o comportamento de quem possui este transtorno, como também suas reações em algumas áreas, como a afetividade e o aprendizado escolar. Questionou-se, também, se as pessoas com esse transtorno conseguem frequentar o ensino regular e o superior e, conseqüentemente, serem inseridas no mercado de trabalho. As informações foram obtidas por meio de revisão bibliográfica da literatura especializada acerca do tema. Contudo, o estudo mostrou que o autista possui danos em várias áreas do desenvolvimento, principalmente em uma de importância acentuada, a comunicação, sendo um grande empecilho no processo de interação social desses indivíduos. Entretanto, evidenciou-se que ocorre uma evolução nesse processo interacional, pois esses contam com o auxílio de profissionais para que consigam terminar os estudos e sejam inseridos no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Afetividade. Autismo. Ensino Superior. Mercado de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Uma grande questão tem sido estudada atualmente, a síndrome do autismo, como também a inclusão destes no ambiente escolar e no mercado de trabalho. Esta inclusão tem como objetivo acolher pessoas com esse transtorno em seus direitos e valorizar suas diferenças. Salienta-se que incluir não significa apenas receber o aluno com necessidades especiais, mas dar condições para que este se desenvolva de forma cognitiva, emocional e socialmente, e para isso é importante que os profissionais da educação estejam aptos para lhes auxiliarem neste desenvolvimento.

Portanto, este artigo refere-se ao autismo, pois, acredita-se que, este tema seja de grande importância para alcançar um bom relacionamento com pessoas que

¹ Graduado em Administração pela FAMA, em Anápolis, Goiás. *E-mail:* agner.louredo@outlook.com

² Orientadora. Mestre em História e professora da Faculdade Católica de Anápolis. *E-mail:* allyne.chfarinha@gmail.com.

possuem esta síndrome, pois devido à falta de conhecimento muitas situações se tornam conflituosas, fazendo que pais e educadores se tornem impotentes diante de tais comportamentos. Para tanto, para a coleta de informações, buscou-se por literatura especializada no tema.

O objetivo da presente pesquisa foi buscar esclarecimentos sobre a temática em questão para profissionais que estejam interessados em conhecer mais sobre o assunto.

Para compreender melhor o comportamento do autista procurou-se analisar os motivos que corroboram com eles, para que tenham determinados comportamentos, como: a autoagressão, modos arredios, a busca por isolamento, dificuldade de comunicação, etc., com o intuito de, a partir desses comportamentos, adotar metodologias que auxiliem o trabalho com esses alunos.

Segundo afirma Faccion (2002), alguns comportamentos como a autoagressão podem ser vistos como algo relacionado ao estado emocional, ligado a quebra de rotinas ou frio, fome ou dor, tornando difícil o processo de ensino-aprendizagem. É, também, de grande importância destacar que psicopedagogos e professores exercem um papel fundamental para o desenvolvimento de pessoas com esta síndrome.

2 TRANSTORNO DO AUTISMO

Este tema começou a ser estudado em 1906, quando o psiquiatra Plouller introduziu o adjetivo autista na literatura psiquiátrica, estudando pacientes que tinham diagnóstico de demência precoce. Mas foi Bleuler, em 1911, o primeiro a aprofundar o termo autismo, definindo-o como perda de contato com a realidade causada pela impossibilidade ou grande dificuldade na comunicação interpessoal (SILVA; RIBEIRO, 2012).

Para Orrú (2006, p. 14),

Autismo é uma palavra de origem grega (autos), que significa por si mesmo. É um termo usado dentro da psiquiatria para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltado para o próprio indivíduo. É comum também a utilização de adjetivos para se denominar o autismo, como: autismo puro, núcleo autístico, autismo primário no caso de não associação com outras patologias, autismo secundário, autismo de auto funcionamento, autismo de baixo funcionamento e outros.

De acordo com a Cartilha dos Direitos das Pessoas com Autismo, o autismo é um transtorno global de desenvolvimento que pode ser detectado já nos primeiros anos de vida de uma pessoa. As causas ainda são pesquisadas e não estão claramente identificadas. O autismo apresenta várias manifestações e intensidade, podendo apresentar um grau mais leve, que são apenas traços do transtorno, e o mais severo denominado autismo clássico, que é um distúrbio do desenvolvimento humano, determinado por alterações genéticas em vários cromossomos.

A melhor forma de identificar o autismo e conhecendo os seus aspectos, caracterizado pela dificuldade de socialização, comunicação, entre outros fatores (DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO, 2012).

Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) forneceram relatos de casos que acompanhavam e suas respectivas suposições teóricas para esse transtorno. Kanner usou o termo distúrbio autístico do contato afetivo e Asperger psicopatia autística (BAPTISTA; BOSA, 2007).

Ao descrever o quadro que denominou de distúrbios autísticos inatos do contato afetivo, Kanner teve o mérito de diferenciar devido ao comportamento, alguns indivíduos que se diferenciavam por possuírem características muito peculiares, separando-os do grupo dos esquizofrênicos, fazendo uma descrição clínica muito acurada, sendo grande referência ao estudo do autismo (MARINHO; MERKLE, 2009).

Já Asperger, ao designar psicopatia autística, a define como *déficit* na sociabilidade, linguagem pedante, repetitiva e formal. Porém, a Organização Mundial de Saúde define o autismo como transtornos invasivos do desenvolvimento que se demonstram por danos graves e agressivos em várias áreas do conhecimento (AMORIM, 2010).

Segundo Cunha (2012, p.1), há sintomas que percebidos na infância ajudam no reconhecimento do autismo, como: “não manter contato visual, resistência ao aprendizado, não demonstrar medo diante de perigos reais, agir como se fosse surdo, birras, não aceitar mudanças de rotina, agressividade, apego e manuseio não apropriado de objetos, sensibilidade a barulhos, estereotípias, ecolalias, gostar de estar isolado.”

Dessa forma, o retardo mental é uma condição associada ao autismo, que se apresenta em 75% das pessoas que possuem esse transtorno e que afeta o indivíduo por toda a vida. Tem-se outro aspecto importante, a agressividade, alguns são agressivos consigo mesmos (autoagressivos) e os agressivos com os outros (heteroagressivos) (FACCION, 2002).

Segundo Borthwick-Duffy (1994, ROJAHN; TASSE, 1996, GADIA et al., 2004, TONGUE, 1999 apud SCHIMIT, 2008, p.16),

a pessoa que possui autismo associado ao comportamento agressivo tende a constituir-se como um estressor para si, sua família e comunidade, pois, esta agressividade pode interferir na possibilidade de aprender novas habilidades sociais e educacionais, conduzindo frequentemente a um processo de exclusão social (escolas, ambientes públicos e na própria família) e, em alguns casos poderá ameaçar sua integridade física (perda de visão, audição e até a morte), ocorrendo, na maioria das vezes com alta velocidade e que infligem ao corpo danos físicos.

Além desses sintomas o autista pode apresentar outras manifestações como: fobias, perturbações de sono, crises de birra, etc., ou seja, o autista cria e se insere em um universo próprio, o que exige das pessoas que o cercam, muita paciência e sabedoria.

2.1 DIAGNÓSTICO DO AUTISTA

De acordo com Defensoria Pública de São Paulo (2012), foram identificados oito transtornos, oficialmente adotados pela legislação brasileira, estabelecendo um código para cada problema de saúde.

A Fiocruz (2009, p.01) informa que:

Os transtornos Globais do Desenvolvimento receberam o código F84, que contem os seguintes transtornos: Autismo infantil (F84.0), Autismo atípico (F84.1), Síndrome de Rett (F84.2), Transtorno com Hipercinesia associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados (F84.4), Síndrome de Asperger (F84.5). Esses transtornos foram juntamente classificados porque todos afetam de várias maneiras a comunicação, a interação social e o comportamento da pessoa. Esta síndrome tem sido estudada por vários especialistas, que definem que para caracterizar o autismo e seus sintomas são utilizados dois dos mais conceituados manuais de diagnóstico o CID 10 e o DSM IV. O CID 10 define o autismo como um Transtorno Global do Desenvolvimento com base nos seguintes aspectos: um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos; Apresenta uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo.

Assim, destaca-se que o DSM IV o considera como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), que apresenta como características principais:

A presença de um desenvolvimento acentuadamente anormal ou prejudicado na interação social e comunicação e um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e idade cronológica do indivíduo. [...] O prejuízo na interação social recíproca ou emocional pode estar presente (por ex., não participa ativamente de jogos ou brincadeiras sociais simples, preferindo atividades solitárias, ou envolve os outros em atividades apenas como instrumentos ou auxílios mecânicos). Frequentemente, a conscientização da existência dos outros pelo indivíduo encontra-se bastante prejudicada. Os indivíduos com este transtorno podem ignorar outras crianças (incluindo os irmãos), podem não ter ideia das necessidades dos outros, ou não perceber o sofrimento de outras pessoas. O prejuízo na comunicação também é marcante e persistente, afetando as habilidades tanto verbais quanto não-verbais. Pode haver atraso ou falta total de desenvolvimento da linguagem falada. Em indivíduos que chegam a falar, pode existir acentuado prejuízo na capacidade de iniciar ou manter uma conversação, um uso estereotipado e repetitivo da linguagem ou uma linguagem idiossincrática. Além disso, podem estar ausentes os jogos variados e espontâneos de faz-de-conta ou imitação social apropriados ao nível de desenvolvimento [...] tem padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades (CID 10, 2009, p.378).

Mais uma vez é importante frisar que a família do autista não deve se sentir inferior, por ter um filho com essa síndrome, mas deve-se agir com maturidade para buscar entendê-lo.

Uma das características do autista é apresentar alguns *déficits* e excessos comportamentais em diversas áreas, assim muitos pesquisadores deram suas definições. Gauderer (1986) defendeu a síndrome como uma inadequação do sujeito ao meio social ou a uma doença crônica como se fosse um mal incurável e inabitável. Outra característica importante apresentada pelo autista no ambiente familiar e educacional é a agressividade, mas quais os motivos que levam o autista a ter este comportamento?

Segundo Train (apud KAPLAN et al., 1997), os autistas são dotados de um grau particular de sensibilidade, o que faz com que, ao se sentirem vulneráveis ou ameaçados, reajam com agressividade.

Considera-se a agressividade como um fator muito importante para familiares e educadores, pois este comportamento definirá se poderão ou não participar do ambiente escolar, considerando que ela influenciará no processo de

ensino-aprendizagem, demonstrando que este autista apresenta danos graves nas áreas cognitiva, afetiva, sensorial e motora.

Dentro deste campo do aprendizado existem algumas teorias importantes como a behaviorista, piagetiana e a sociointeracionista.

Na abordagem behaviorista, a aprendizagem é uma aquisição de comportamentos. A aprendizagem e o desenvolvimento são resultados do condicionamento do meio e a educação é tida como um programa de formação que treinaria nos alunos passivos com comportamentos inadaptados, conteúdos, hábitos, e ações para viver em sociedade (ORRÚ, 2006).

Para Jean Piaget (1896-1990), criador da Epistemologia da Genética, o conhecimento é construído a partir da interação do indivíduo com o meio, considerando como essencial para o aprendizado a relação do sujeito com o objeto (TAFNER, 2014).

A teoria sociointeracionista, se fundamenta nas ideias de Lev Vygotsky (1896-1934). Paralelo ao processo de aprendizagem é resultado do desenvolvimento, destacando que a educação tem como prioridade estimular as potencialidades da criança (ORRÚ, 2006).

Assim Vygotsky define que, o desenvolvimento do sujeito acontecerá com a participação do outro na constituição desta pessoa em relação com o mundo, por meio da ação mediadora (ORRÚ, 2007).

3 A EDUCAÇÃO DO AUTISTA

De acordo com Gilbert (2011), o estudo tem demonstrado que pessoas com Asperger ou outras formas de autismo possuem uma grande inclinação a carreiras como Matemática, Engenharia e Computação.

Mas, para isso, a educação do autista deve ser planejada de modo a se adotar um currículo que atenda as necessidades desses alunos. A intervenção psicopedagógica precisa ser individual e acontecer em um ritmo em que o autista consiga aprender. Compete ao especialista em psicopedagogia estar apto a sugerir alternativas metodológicas ou adaptações curriculares, dando suporte a equipe escolar e direcionando o caminho para que a inclusão das crianças autistas não seja apenas um direito garantido, mas seja efetivada na prática escolar (BORONA, 2010).

O psicopedagogo é o mediador das relações entre o aluno, a escola, e a família, portanto o desafio que ele irá enfrentar é justamente o de conseguir adaptar um currículo que seja funcional. Tal currículo deve estimular o desenvolvimento da autonomia e permitir que o autista seja capaz de generalizar suas ações na vida social, bem como trabalhar a comunicação adquirindo qualidade de vida com funcionalidade (BORONA, 2010, p.30).

Neste contexto da educação é importante frisar sobre o papel que a família desempenha neste processo, pois, apesar das suas limitações, é fundamental que a pessoa autista seja incorporada à vida familiar e social. Como afirma Glat (2004, p.3):

Não há dúvida que a necessidade de cuidado maior imposta por sua condição restringe e transforma, em maior ou menor grau, a vida de todos os que lhes são próximos. No entanto, é importante que a atenção que lhe é dada seja no sentido de estimular e incentivar ao máximo sua autonomia e crescimento, para que ele possa aprender a melhor lidar com suas dificuldades.

É importante frisar que todo apoio é importante, mas é preciso que seja dada essa autonomia ao portador de autismo, para que ele consiga ver em si mesmo suas capacidades.

3.1 LEIS QUE TRATAM DA INCLUSÃO NO ENSINO BÁSICO E SUPERIOR

A Diretriz Nacional para a educação especial na educação define que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p.1).

Esta resolução deixa claro que as instituições de ensino devem adequarem-se para receber os alunos com necessidades especiais, e não esses se adequarem as condições destas instituições. Desta forma, a inclusão representa um grande desafio para as instituições de ensino superior que devem buscar contemplar a diversidade social.

Cunha (2012) afirma que não se pode pensar em inclusão escolar sem pensar em ambiente inclusivo. Inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas. O plano Nacional de Educação (PNE) evidencia essa necessidade ao considerar que o grande avanço

que a educação deveria produzir seria a construção de uma educação inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

Impulsionando a inclusão educacional e social, “o Decreto 5.296/04.Regulamentou as Leis 10.048/00 e 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2008, p.9).

É importante frisar que esse processo de inclusão nasceu há tempos. Em 1973, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que gerencia a educação especial no Brasil. E, na Constituição Federal de 1988,define-se que é preciso promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2008).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, reforça que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular os filhos na rede regular de ensino, sendo passíveis de punição caso descumprissem a Lei. Têm-se, também a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990, e a Declaração de Salamanca, de 1994, quepassam a influenciar a formulação das políticaspúblicas da educação inclusiva (BRASIL, 2008).

3.2 INCLUSÃO DO AUTISTA COM TRAÇOS LEVES NO ENSINO SUPERIOR

Para abordar a inclusão do autista no ensino superior é necessário recordar o termo integração, pois esta não quer tornar o autista normal, mas torná-lo capaz de participar das atividades da vida em condições iguais ou parecidas com os demais, ouseja, para que haja a inclusão faz-se necessário que haja a integração (SILVANO, 2005).

É fundamental a compreensão de que a inclusão de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, é condicionada pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade.

O processo de inclusão do autista prevê que alunos com necessidades educacionais especiais frequentem a sala de aula, mas há uma seleção, é preciso que eles estejam aptos, ou seja, que tenham condições de aprendizado, possuindo um grau de autismo que os possibilite frequentar o ambiente educacional, um grau

mais leve, para não ser motivo de ameaça para os demais alunos, pois alguns são agressivos.

Há muito tempo tem-se discutido no Brasil maneiras que tornem cada vez melhor a proposta de educação inclusiva. Como fruto dessa busca surgiu a Lei 12.764 de dezembro de 2012, cujo objetivo é garantir os direitos da pessoa com características de autismo, assim tem-se o Art. 7 que afirma: “O gestor escolar, ou autoridade competente que recusar a matrícula de aluno com transtorno do aspecto autista ou qualquer outro tipo de deficiência será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos” (BRASIL, 2012, p.1).

A proposta de educação inclusiva é que todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, cabendo à escola, adaptar-se para atender as necessidades destes discentes inseridos em classes regulares (SUPLINO, 2009).

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves (BRASIL, 1994, p. 17-18).

Nesse sentido, segundo Sasaki (1997, p. 32), “no modelo integrativo a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia”. A inclusão por sua vez prevê a inserção de todos os alunos na educação regular desde o início da sua vida escolar.

Observa-se nesse conceito uma mudança no foco, pois enquanto a integração está focada na deficiência, a inclusão mantém seu foco no aluno e no sucesso do seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem:

A metáfora da inclusão sugere a imagem de uma escola em movimento, em constante transformação e construção, de enriquecimento pelas diferenças. Esse movimento implica: mudança de atitudes, constante reflexão sobre a prática pedagógica, modificação e adaptação do meio e, em nova organização de estrutura escolar (BRASIL, 2006, p.14).

Nessa perspectiva, entende-se que a educação inclusiva se constitui como uma modalidade de ensino que deve perpassar todos os níveis, pois qualquer pessoa independente de raça, credo, idade, condição física tem direito de estar e continuar seus estudos ingressando em faculdades, sendo responsabilidade dos

órgãos públicos competentes oferecerem condições de ingresso e possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, conforme a literatura, a inclusão de jovens autistas no ensino superior pode acontecer, sendo necessário para isso uma mudança na postura das instituições de ensino superior para que estejam realmente abertas para receber e incluir de fato esse jovem.

3.3 PREPARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DOS DOCENTES PARA RECEBER O ALUNO COM AUTISMO

Quando o docente percebe que o jovem acadêmico é portador de autismo, é comum que o professor se sinta inseguro na condução do processo educativo deste discente, porém o docente deve ter consciência clara do importante papel que irá desempenhar, além disso deve reconhecer que ter em sua sala um aluno autista representa uma grande conquista para este indivíduo.

Para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira satisfatória, o docente e demais profissionais da educação devem inicialmente possuir um claro conhecimento do que se trata a síndrome, e especialmente conhecer as necessidades específicas do aluno em questão, para que a partir disso possa conseguir adequar atividades e procedimentos, pois os acadêmicos com necessidades educacionais especiais precisam sim participar de todas as atividades, mas com certo tipo de adaptação para o seu nível de compreensão.

A inclusão escolar implica em mudanças na perspectiva educacional, pois atinge não somente alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, mas toda a comunidade acadêmica, sendo necessárias mudanças curriculares, avaliativas e na formação.

Os profissionais que atendem as pessoas pertencentes ao espectro autista necessitam compreender as peculiaridades envolvidas na maneira como elas veem e vivem o dia-a-dia. Compreender estas diferenças e se esforçar para em determinados momentos ver o mundo pelos olhos deles é essencial para a criação de boas estratégias terapêuticas e educacionais. A troca de experiências entre a saúde e a educação deve se tornar uma constante. Somente desta maneira os problemas serão solucionados de maneira harmoniosa e eficaz (MOUSINHO; GIKOVATE, 2004, p.99).

O professor deve elaborar suas estratégias de atuação, levando em conta alguns pontos: redução de distúrbios comportamentais, desenvolvimento do repertório comunicativo, maximização do aprendizado funcional, maior independência nas atividades da vida diária.

Ao educar uma criança autista pretende-se desenvolver ao máximo suas habilidades e competências, favorecendo seu bem-estar emocional e seu equilíbrio pessoal o mais harmoniosamente possível, tentando aproximá-la de um mundo de relações humanas significativas. Devemos ainda considerar as severas deficiências da interação, comunicação e linguagem, e as importantes alterações da atenção e do comportamento que podem apresentar estes alunos, levando sempre em consideração suas necessidades e as prioridades de sua família (BEREHOFF, et al., 1994, apud CAMARGOS JÚNIOR, 2002).

Neste sentido, também deve-se encaminhar o autista à educação superior, favorecendo o seu bem-estar emocional, pois somente desta forma ele conseguirá desenvolver melhor suas habilidades e competências. Para tanto, seria necessária uma boa preparação do corpo docente da instituição do Ensino Superior, pois somente com apoio, o professor conseguirá desempenhar bem o seu papel.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste artigo constatou-se o quanto é importante entender o mundo interior do autista para poder ter um melhor relacionamento com eles. Com os avanços na área da educação, percebe-se que o autista está em um grande processo de interação com a sociedade. Uma dessas inovações é o esforço das instituições em recebê-los, e darem a eles boas condições de aprendizado, obtendo como resultado pessoas capacitadas para o mercado de trabalho.

Existe um grande empenho de profissionais que buscam entender melhor o mundo em que vive o autista, para poder auxiliá-lo em suas necessidades, para que este autista esteja apto a estar em sociedade, participando de atividades como os demais. Compete a todos não excluí-los, afinal todos possuem limitações.

No presente artigo o problema da pesquisa era questionar os aspectos que envolviam o mundo do autista, se este estaria habilitado a participar do ambiente universitário e conseqüentemente do mercado de trabalho. Ao fim podemos concluir que todos os objetivos foram alcançados, pois provou-se que

mesmo com suas limitações o autista esta apto ao convívio social, podendo obter sucesso em sua carreira profissional.

5 ABSTRACT

AUTISM: A THEME TO BE ANALYZED

This article refers to a current topic of great importance to be analyzed, which is autism. Thus, the objective was to understand the behavior of people who have this disorder, as well as their reactions in some areas such as affectivity and school learning. It was also questioned whether people with this disorder are able to attend regular and higher education and therefore be included in the labor market. The information was obtained by means of a literature review of the specialized literature on the subject. However, the study showed that the autistic person has damage in several areas of development, especially in one of marked importance, communication, being a great hindrance in the process of social interaction of these individuals. However, it has been shown that there is an evolution in this interactional process, since they rely on the help of professionals so that they can finish their studies and become part of the labor market.

Keywords: Affectivity. Autism. Higher Education. Job Market.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, L. C.D. **O que é Síndrome de Asperger**.2010. Disponível em:<http://www.psiquiatriainfantil.com.br/biblioteca_de_pais.codigo=49>. Acesso em:02 jun. 2017.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BORONA, L.M.B. **A intervenção psicopedagógica em caso de autismo**.2010. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/RosaneGafa/a-interveno-psicopedaggica-em-casos-de-autismo>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 10. Jul. 2017.

_____. Ministério da Educação. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos Globais do Desenvolvimento**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**, Portaria n 555/2007, prorrogada pela Portaria n 948/2007. Brasília, 2008.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil: Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, 2006.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil: Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo**. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CAMARGOS, JÚNIOR, W. (Coord.), **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, AMES, ABRA,2002.

CID 10. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas**, 2009. Disponível em:<<https://www.passeidireto.com/arquivo/5922656/cid-10>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO. **Cartilha dos Direitos das Pessoas com Autismo**, 2012. Disponível em: <<http://educacaoinclusivaemfoco.com.br/direitos-das-pessoas-com-autismo-cartilha-da-defensoria-publica-de-sp/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

FACCION, J. R. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Associados a Graves Problemas de Comportamento: reflexões sobre um modelo integrativo**. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência, 2002.

FIOCRUZ. **Autismo**, 2009. Disponível em:<<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/autismo.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

GAUDERER, C. **Autismo, década de 80: informações sobre a doença para os leigos**. Rio de Janeiro: Gazeta de Alagoas, 1986.

GLAT, R. Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. **Anais do 9 Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais**, 2004. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-erj.pro.br/livros_artigos/pdf/familia.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

KAPLAN, H. et al. Compêndio de Psiquiatria. **Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MARINHO, E. A. R.; MERKLE, V. L. B. **Um olhar sobre o autismo e sua especificação**. 2009. Disponível em: <<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/UM-OLHAR-SOBRE-O-AUTISMO-E-SUAS-ESPECIFICA%C3%87%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MOUSINHO, R.; GIKOVATE, C. Espectro autístico e suas implicações educacionais. **Revista Sinpro**, ano 5, n. 6, maio, 2004.

ORRÚ, E. S. **Autismo, Linguagem e Educação: Interação Social no Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

_____. **A constituição da linguagem de alunos autistas apoiada em comunicação suplementar alternativa**. Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, 2006. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/FYQGLOPIPOSY.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHIMIT, C. **Coparentalidade em famílias de adolescentes com autismo e comportamento agressivo**. 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16157/000696156.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SILVA, E. B. A. da; RIBEIRO, M. F. M. **Aprendendo a ser mãe de uma criança autista**. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/ALR/Downloads/2670-7944-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SILVANO, I. G. Educação e inclusão. **Cadernos FAPA**. n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www1.fapa.com.br/cadernosfapa/artigos/2educacao/educacao/EducacaoInclusiva.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SUPLINO, M. **Inclusão escolar de alunos com autismo**. Disponível em: <<http://inclusaobrasil.blogspot.com.br/2008/08/incluso-escolar-de-alunoscomautismo.html>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

TAFNER, M. **A construção do conhecimento segundo Piaget**. 2014. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n08/mente/construtivismo/construtivismo.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

